Art. 7º A participação no Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e nos seus comitês é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 20 dias do mês de abril de 2020.

Fabiano Taques Horta

Prefeito

DECRETO Nº 524, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Altera a redação da Ementa do Decreto Municipal nº 510 de 23 de março de 2020, JOM, 25 de março de 2020 (Ano XII, Edição nº 1038) que "Declara de utilidade Pública e autoriza a desapropriação de 01 (um) denominado lote 18 da quadra 30, localizado no Loteamento "Chácaras Inohani", inscrito no RGI sob o número 18.225, com área total de 1.200,00 m², de propriedade de Blue Diamond Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA ME. A área a ser desapropriada corresponde à extensão parcial do imóvel, justificando-se em razão da duplicação das vias de acesso da Estrada Oscar Vieira da Costa Junior (antiga Estrada dos Cajueiros). CONSIDERANDO o que dispõe os incisos VI, VII, XVI e XIX do artigo 127, da Lei Orgânica do Município de Maricá; CONSIDERANDO as alterações da área expropriada indicadas no Decreto Municipal nº 510 de 23 de março de 2020, JOM, 25 de março de 2020 (Ano XII, Edição nº 1038), conforme justificado no processo administrativo nº 508/2020;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018 c/c os incisos I e II do artigo 18, e artigo 27 do Decreto Municipal nº 305, de 26 de março de 2019, JOM, 27 de março de 2019 (Ano XI Edição nº 942).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 5º, alínea "I" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe, sobre a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais.

DECRETA:

Art. 1º. A Ementa do Decreto Municipal nº 510, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade Pública e autoriza a desapropriação de 01 (um) denominado lote 18 da quadra 30, localizado no Loteamento "Chácaras Inohani", inscrito no RGI sob o número 18.225, com área total de 1.200,00 m², de propriedade de Blue Diamond Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA ME. A área a ser desapropriada corresponde à extensão de 240,00 m², justificando-se em razão da duplicação das vias de acesso da Estrada Oscar Vieira da Costa Junior (antiga Estrada dos Cajueiros).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alteradas as suas disposições.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 22 dias do mês de abril de 2020.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

DECRETO Nº 525, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

Altera a redação da Ementa do Decreto Municipal nº 510 de 23 de março de 2020, JOM, 25 de março de 2020 (Ano XII, Edição nº 1038) que "Declara de utilidade Pública e autoriza a desapropriação de 01 (um) denominado lote 18 da quadra 30, localizado no Loteamento "Chácaras Inohani", inscrito no RGI sob o número 18.225, com área total de 1.200,00 m², de propriedade de Blue Diamond Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA ME. A área a ser desapropriada corresponde à extensão parcial do imóvel, justificando-se em razão da duplicação das vias de acesso da Estrada Oscar Vieira da Costa Junior (antiga Estrada dos Cajueiros). CONSIDERANDO o que dispõe os incisos VI, VII, XVI e XIX do artigo 127, da Lei Orgânica do Município de Maricá;

CONSIDERANDO as alterações da área expropriada indicadas no Decreto Municipal nº 510 de 23 de março de 2020, JOM, 25 de março de 2020 (Ano XII, Edição nº 1038), conforme justificado no processo administrativo nº 508/2020;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018 c/c os incisos I e II do artigo 18, e artigo 27 do Decreto Municipal nº 305, de 26 de março de 2019, JOM, 27 de março de 2019 (Ano XI Edição nº 942).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 49, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 5º, alínea "I" do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe, sobre a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais.

DECRETA:

Art. 1º. A Ementa do Decreto Municipal nº 510, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade Pública e autoriza a desapropriação de 01 (um)

denominado lote 18 da quadra 30, localizado no Loteamento "Chácaras Inohani", inscrito no RGI sob o número 18.225, com área total de 1.200,00 m², de propriedade de Blue Diamond Empreendimentos Imobiliários e Participações LTDA ME. A área a ser desapropriada corresponde à extensão de 240,00 m², justificando-se em razão da duplicação das vias de acesso da Estrada Oscar Vieira da Costa Junior (antiga Estrada dos Cajueiros).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, alteradas as suas disposições.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 22 dias do mês de abril de 2020.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

DECRETO Nº 527, DE 22 DE ABRIL DE 2020.

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE PRAZOS ADMINISTRATIVOS, POSSE DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO DA REDE DE ENSINO E OUTRAS MEDIDAS ATÉ DIA 28 DE ABRIL DE 2020 EM MARICÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO o estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da Saúde – OMS;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06, de 2020, o qual reconheceu o estado de calamidade pública em âmbito nacional;

CONSIDERANDO o reconhecimento da situação de emergência no Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 499 de 18 de março de 2020, o qual veio a declarar o estado de emergência em saúde pública no Município de Maricá;

CONSIDERANDO o artigo 6º e 196, caput, da Constituição Federal, a enunciar a saúde como direito social, conferido a todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a expectativa no aumento significativo do número de casos em âmbito local e a necessidade de medidas preventivas que visem reduzir o contágio da doença;

CONSIDERANDO o exposto nos Decretos Municipais nº 497, de 13 de março de 2020, nº 498, de 16 de março de 2020 e nº 499, de 18 de março de 2020, os quais vieram a dispor sobre os procedimentos a serem adotados para a prevenção do Coronavírus (Covid-19) no Município de Maricá, sendo certo que os mesmos não excluem a possibilidade de formalização de demais atos normativos, com vistas ao combate da doença, mediante a análise do gabinete de prevenção e monitoramento e da Chefia do Poder Executivo desta municipalidade; CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 498, de 16 de março de 2020 estabeleceu em seu artigo 3º, inciso II, que as aulas da Rede Municipal de Ensino ficam suspensas por tempo indeterminado;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 501, de 20 de março de 2020, a dispor sobre o fechamento ao público de todos os shoppings centers, centros comerciais, clubes, salões de beleza, barbearias, clínicas de estética, quiosques de alimentação, bares, restaurantes, lanchonetes, cafeterias e similares, academias de ginástica, cursos de idiomas e outros cursos presenciais, loterias, lojas de ruas e similares que pratiquem comércio de produtos e serviços não essenciais do Município de Maricá, do dia 20 de março até o dia 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 506 de março de 2020, o qual estabeleceu a realização de atividades em modo home office, no âmbito dos expedientes da Administração Direta e Indireta do Município de Maricá, no horário compreendido entre 10:00 às 18:00 hs, assim como manteve suspensas todas as atividades de atendimento ao público, à exceção daquelas atribuídas à Secretaria de Saúde e à Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, além de estender a realização de atividades em modo home office a todos os idosos, portadores de doenças crônicas e pessoas com imunossupressão que sejam agentes administrativos da Secretaria de Saúde e da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR;

CONSIDERANDO o Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020, o qual veio a dispor sobre medidas de enfrentamento da propagação do novo Coronavírus (Covid-19), em decorrência da situação de emergência em saúde;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 515 de 31 de março de 2020, com a alteração realizada pelo Decreto Municipal nº 517 de 03 de abril de 2020, o qual estendeu até o dia 14 de abril de 2020 a suspensão de atividades no âmbito do Município. Consequentemente, o Decreto Municipal nº 520/20 estendeu tais atividades até o dia 28 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que persiste o estado de calamidade pública decretado pelo Estado do Rio de Janeiro, mediante Decreto 46.984, de 20 de março de 2020, proveniente da Chefia do Poder Executivo Estadual;

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a posse dos concursados da Rede Municipal de Ensino, por período indeterminado, em razão de permanecerem suspensas por prazo indeterminado as aulas na rede Municipal, medida esta que visa reduzir aglomeração e se coaduna com a política de

enfrentamento à Covid-19.

Art. 2º Fica suspenso, também, o funcionamento e a cobrança do Maricá Rotativo em toda a Cidade de Maricá até o dia 28 de abril de 2020.

Art. 3º Fica mantida a proibição do uso do passe livre estudantil enquanto perdurar a suspensão das aulas na rede Municipal de ensino. Art. 4º Fica mantida a suspensão dos prazos administrativos até o dia 28 de abril de 2020

Art. 5º As medidas previstas no presente Decreto poderão ser prorrogadas, de acordo com a evolução da pandemia e das orientações das autoridades de saúde.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020.

Fabiano Taques Horta

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 001/2017, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8241/2017.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

OBJETO: PERMITIR QUE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE LHE SÃO PRÓPRIAS, GARANTA O AUMENTO DA SUA ATUAÇÃO NO BAIRRO DE ITAIPUAÇU E ADJACÊNCIAS.

VALOR: R\$ 709.200,00

PROGRAMA DE TRABALHO: 85.01.06.182.0010.2231

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.5.0.39.00.00.00

FONTE: 236

NOTA DE EMPENHO: 305/2020

PRAZO: 12 (MESES)

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2020

MARICÁ, 02 DE JANEIRO DE 2020.

FABIANO TAQUES HORTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

EXTRATO DO TERMO Nº 01 DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 108/2019, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4678/2019.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTES E CULTURA

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 108/2019, CUJO OBJETO É O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE EVENTOS, ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019, NA FORMA ABAIXO:

a) PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS REFERIDOS SERVIÇOS, AMPARADA NO ART. 57, II, DA LEI 8.666/93, NA FORMA DA JUSTIFICATIVA INSERIDA AS FLS. 286 E 335 DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4678/2019, PRORROGANDO A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº. 108/2019, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020 ATÉ 28 DE FEVEREIRO 2021; VALOR: R\$ 9.199.500,00 (NOVE MILHÕES E CENTO E NOVENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93, DECRETO MUNICIPAL Nº 158/2018, E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

PROGRAMA DE TRABALHO Nº 02.01.27.813.0001.2397

ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00

FONTE DE RECURSO Nº 236

NOTA DE EMPENHO Nº 1287/2020; 1288/2020; 1289/2020; 1290/2020.

DATA DA ASSINATURA: 27/02/2020.

MARICÁ, 27 DE FEVEREIRO DE 2020.

FABIANO TAQUES HORTA

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

GABINETE DO PREFEITO

ATOS PREFEITO

Despachos do Prefeito

Averbação de Tempo de serviço – Deferido – (De acordo como o parecer da PGM)

Averbado o Tempo de Serviço pelo período de 15 (quinze) anos, somente para efeitos de aposentadoria

Nº Processo: 0002205/2020 – Simone Vieira de Vasconcelos – Mat: 7585

Fabiano Taques Horta

Despachos do Prefeito

Averbação de Tempo de serviço – Deferido – (De acordo como o parecer da PGM)

Averbado o Tempo de Serviço pelo período de 11 (onze) anos, 07 (sete) meses e 10 (dez) dias, somente para efeitos de aposentadoria.

Nº Processo: 0002270/2020 – Maria do Carmo Coy Ribeiro – Mat: 5702

Fabiano Taques Horta

Despachos do Prefeito